

POR UMA EDUCAÇÃO BÍLINGUE: LÍNGUA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

Elison Ferreira Alves

RESUMO

A dificuldade do surdo de aprender a língua portuguesa está na forma como é colocado seu ensino, além, da falta de professores capacitados para o ensino regular, que gera o atraso com alunos, e ainda, faltam recursos financeiros para adequar matérias que trabalhem o lado cognitivo. O ensino de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais deve ser priorizada ressaltando o Decreto nº 5626, que regulamenta a Língua de Sinais-LS, mas, para que se entenda todo o percurso dos surdos e sua aprendizagem, através de práticas pedagógicas pesquisadas no dia-a-dia escolar. Hoje faz-se necessário a presença do interprete em sala de aula ou de pelo menos um profissional que saiba o básico de LIBRAS, a língua natural do surdo, mas, infelizmente a escassez desse profissional e a falta de professores habilitados na língua de sinais dificulta interação do surdo em sala de aula, ocasionando a precisão de ser assessorado em um contra turno ou de participar da aula de forma que atrase seus estudos. Precisa-se de políticas mais assistivas quando ao ensino da Língua de Sinais e Língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVES: Língua de Sinais, Língua portuguesa. Inclusão. Surdo. Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

A família, assim como as pessoas que não sabem LIBRAS, tenta de muitas maneiras compreenderem o sistema de ensino da Língua Portuguesa para surdos pretendem fazer falar os sinais de suas mãos, às vezes, por não entenderem o que querem, torna-se uma dificuldade na família. Isso acontece pelo fato dos surdos não escutarem, o que torna limitada sua linguagem escrita ou sinalizada, para tanto, sentem grande vontade em saber o que dos outras estão falando. Muitas vezes tentam ler os lábios de todos que os rodeiam, querem interagir falando como outros. Na vida do surdo há uma grande incompreensão por parte dos ouvintes, pois querem ser entendidos por todos, e entender a todos, o que não acontece por falta de metodologias que os assistam direito. Torna-se um desafio estudar formas de inclusão que cause uma comunicação bem eficiente entre eles e outras pessoas. As famílias fazem um grande esforço para compreender os surdos de suas gerações e, acreditaram que não são inferiores a ninguém. A lei que assegura a inclusão de alunos com necessidades especiais de aprendizagem já está sendo cumprida na maioria dos estabelecimentos educacionais, porém, o atendimento ainda é bastante precário porque nem todo profissional está preparado para atender todas as especificidades de cada aluno da Educação Especial.

Os surdos querem ser entendidos, mas, isso se torna difícil. Pois se comunicam com seus familiares por gestos, sinais. Torna-se difícil para a família entender o que se passa com seus parentes, se eles estiverem passando mal, terão que interpretá-los. Mas com tempo a família se adapta com um jeito para comunicar-se com eles, procuram uma forma de entendê-los. Costumam-se falar com eles por sinais que a representam alguma coisa gestos às vezes não estão situados nos estudos, recursos de LIBRAS, sinais que às vezes eles próprios começam a fazer de acordo com seus entendimentos. É preciso, que se desenvolvam trabalhos, que sejam voltados para a formação desses alunos como um todo, com sua afetividade, suas percepções, sua expressão, seu sentido, sua crítica, sua criatividade, seu interior.

Trabalhar os alunos sempre que tenha um interprete de LIBRAS, ou pelo menos que o professor saiba Língua de Sinais, é complicado. É possível orientar o aluno a ampliar seus referenciais de surdo e trabalhar com todas as linguagens oferecidas pelo ser humano (escrita, sonora, corporal, dramática, artística, etc.), integrando-o e construindo sua própria visão de mundo. A escola precisa ter significado na vida do deficiente, assim, como de todos os humanos do lado mais digno e importante, para que possa se lidar com a experiência da diferença, para que mais tanto a família como os deficientes não tenham tanta dificuldade de vencer o preconceito não tarde assim como os pais. A inclusão possibilita que os discriminados pela deficiência ocupem por direito seu espaço na sociedade

2 O CENÁRIO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Os surdos geralmente se comunicam de forma quase incompreensível para os olhos de quem não conhece LIBRAS. Podem existir muitas dificuldades entre os surdos no ato se comunicarem com outras pessoas que não sejam surdas, como sua própria família, por exemplo, que apenas inventam gestos do cotidiano, inicialmente para uma família que tem um ou mais surdos, é complicado, mas, com o tempo agrega-se de uma maneira que seja passível a interação com outras pessoas. Os surdos e os ouvintes pesquisam uma maneira de comunicação eficiente entre os ouvintes ou vice-versa, esse meio é a disseminação da Língua de Sinais – L.S.

Podemos encontrar diversas mudanças da sociedade surda desde que houve a presença da língua de sinais e principalmente os aspectos da presença surda em meio à sociedade de ouvintes. Atualmente, devem ser rejeitadas as visões autoritárias em relação ao portador de necessidades especiais, principalmente como as limitadoras, que vêm com restrições a competição do portador de deficiência no mercado de trabalho. Hoje em dia, esses cidadãos ocupam cada vez mais seus espaços diferentes do que ocorria no passado onde a possibilidade era mínima e os surdos inserem-se basicamente nos âmbitos sociais em situação de igualdade aos demais cidadãos.

Evidente que a nova realidade depende muito de um compromisso social, que precisa ser assumido não só pelos surdos, mas também por sua família e sua própria comunidade, pelas instituições educacionais privadas e públicas, pelas empresas públicas e privadas e pela sociedade como um todo. É necessário olhar para o surdo como uma pessoa capaz e que esta compromissada com a responsabilidade do coletivo de todos e que existe uma repleta disposição para as particularidades da sociedade e concebê-lo como um cidadão que pode produzir e deve ser aceito em todos os meios sociais.

As atuais reivindicações das pessoas portadoras de deficiência auditiva têm caráter de urgência, voltando-se para a valorização de suas potencialidades e para a garantia de seus direitos de cidadão, considerando que, por lei, todos os cidadãos são iguais entre si. Nesse movimento, estão obtendo um progressivo acesso a concursos públicos. A comunicação, de fato, é um aspecto indispensável para as relações humanas. E a verdade é que os surdos apresentam uma habilidade de comunicação diferente da Língua dos ouvintes, por conta de que a língua de sinais é a sua língua - materna e, assim, acontecem algumas diferenças – pela fala ou pela escrito – o que também acontece com a dos ouvintes. Porém, os surdos podem utilizar outros recursos que estabelecem uma comunicação direta e efetiva, além da linguagem verbal, como a leitura oral-facial e o próprio uso de sinais.

3 Aspectos legais

No mundo em nós vivermos, existe muitas pessoas portadoras de alguma deficiência e isso acaba deixando com que a sociedade exclua a pessoa do convívio social e também e que afeta seu lado emocional deixando com que a pessoa venha ter um baixo grau de desenvolvimento e seu aprendizado. Algumas famílias no mundo não tem uma boa relação com seus filhos deficiente ou parente, que muitas das vezes, os protege muito, escondem, ou também não querem aceitar que eles têm um filho deficiente e os rejeitam como se eles fossem animal, até então, a família precisaria procurar um especialista que o ajudasse a como lidar com a comunicação daquela pessoa, no entanto teria que ver como ela está fisicamente ou emocionalmente para poder começar uma comunicação boa entre a família e a pessoa com deficiência.

Reconhecer que a deficiência è um conceito evolução que a as pessoas vem tentando acabar, garantindo a igualdade ou ao menos, diminuir, por tanto, resulta na interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras com dificuldade onde moram e que também tem pessoas que vivem com problemas sabemos que a maioria dos deficientes vivem em condições de pobreza e entendemos as necessidades criticas de lidar com impacto negativo da pobreza com as pessoas com algumas deficiência, lembrando que nenhuma família tem o direito de esconder seu filho deficiente da sociedade, pois, tem uma lei que ampara as pessoas deficientes, assim, como a sociedade como um todo, explicando que todos eles tem o direito de viver livre sem desigualdades.

Muitas Políticas mundiais foram colocadas em pauta, devido à necessidade de se respeitar e acabar com o preconceito no que se refere a Pessoas com Necessidades Específicas em diversas áreas de atuação e vivencia, depois da DUDH, Carta para a Década de 80, chega então momento dos deficientes continuarem a lutar por melhores condições anteriormente citados pela carta, que relata as condições que precisa para poderem ter vidas dignas, condições estas que nem deviam estar sendo discutidas se desde a existência dos seres humanos, logo no começo tivéssemos aprendido que a união faz a força, mas, aprendemos através de guerras vorazes para a sobrevivência, onde, na busca pelo melhor, começamos a repassar para a nossas gerações o mesmo instinto sem pensar no futuro e nem em meu semelhante.

Por causa de informações erradas ou por falta delas, nós os seres humanos, acabamos por agir incorretamente, além, de ensinar as nossas gerações que como um ditado famoso diz

“filho de peixe peixinho é”. O preconceito foi se desenvolvendo, a discriminação foi criando grupos, onde, acabavam por excluir muitas pessoas ou restringiam a liberdade do gozo ou exercício de seus direitos. Por muito tempo, pessoas com necessidades educacionais específicas, mulheres indivíduos de outras etnias, negros, indígenas, criança e jovens ou idosos, sofreram bastante discriminação preconceito, por isso, uma convenção foi realizada para “Condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive à educação”.

As pessoas com deficiência encontram-se em estado de saúde e vida dos mais pobres é necessário que se eleve essas condições onde dê lugar a recursos e categorias mínimas e importantes, mas, áreas da educação saúde moradia trabalho e bem como cuidados também com as famílias com esse objetivo foi realizado entre os dias 19 e 18 de outubro de 2002 em Caracas pela primeira vez a “conferência da rede Ibero- Americana de organizações não-governamentais de pessoas com deficiências e suas famílias que sejam mudados as aceitações a vidas vividas até esse ano por tanto será necessário que se trabalhe políticas que promovam equidade trabalho digno e educação inclusiva para todos os membros da escola e de suas famílias.

Muitas normas foram regidas em prol de pessoas com deficiências de pessoa repercutidas só, porque possuem alguma necessidade específica em alguma área citada acima para termos uma sociedade mais justa precisamos respeitar as limitações de cada pessoa a nossa volta para que respeitem também as nossas não será o fato de ser mais ricos ou mais pobres que nos foram grandes ou pequenos diante dos que nos cercam ou rodeiam Ainda falta bastante espaço para conseguir conquistar o ideal ou seja viver a plenitude de nossos direitos, direitos esses que deveriam ser respeitados mas as pessoas tem que se acostumarem conseguir trabalhos dignos para então ter vida digna na sociedade por muitas preocupações que nos fazem refletir que caminho estamos trilando, o Brasil encontrasse ainda em desenvolvimento, precisamos investir na educação e para tanto lutar por equidade, muitos pais e delegados deles já acordaram para essa realidade. Faltam ainda condições pesquisas e espirituais de aceitar novas idéias, novas diversidades de desenvolvimentos humanos. Acreditar em uma sociedade mais justa, onde, o amor cresça e a liberdade de condições seja igual ainda esta longe, mas, precisamos continuar lutando, que um dia talvez não precise de normas para uma sobrevivência digna. Precisamos disseminar e propagar informações e políticas de acessibilidade, que ajudar as famílias dos deficientes, as pessoas com deficiências e outros indivíduos que conheçam ou. Convivam e até mesmo os não ouvirem falar e nem convivem com pessoas com deficiência, que através dessas políticas saibam capacidade que cada uma tem e que aprendam que seu diferente é normal.

A atual conjuntura da economia leva a uma reavaliação do mercado de trabalho e a educação disponível pra todos os cidadãos brasileiros. Essa fase marcada pela busca cada vez mais de mão-de-obra qualificada e as taxas de desemprego, costuma atingir uma grande parcela da população composta de pessoas com deficiências que se vê preterida em situações de redução de mão-de-obra.

O próprio Governo federal assumiu essa questão como Política Pública. Com o Plano Nacional de Educação profissional se pretende investir em ações que procurem adequar o estudante e o trabalhador às novas exigências da sociedade e do mercado, além, de abrir espaços para

outros segmentos como as pessoas com deficiências. Surgiu, assim, a necessidade de acrescentar serviços e programas, em especial no campo da educação profissional, incluindo a preparação para o trabalho e a colocação no mercado de trabalho.

Sente-se a necessidade de rever conceitos e a prática. A atual discussão sobre a cidadania e a inclusão social exige que se repense a questão do trabalho da pessoa com deficiência. O trabalho é o momento que vai finalizar o atendimento ao deficiente e que vai permitir sua participação na sociedade. O atendimento clínico ou pedagógico não terá realmente alcançado seu objetivo último desejado se a pessoa com deficiência continuar excluída da sociedade sem a possibilidade de participar ativamente como sujeito produtivo.

Para a pessoa com deficiência, o processo e o significado do trabalhar, e do estar desempregado não são diferentes daqueles que ocorrem para qualquer outra pessoa, mas, com um agravante. A pessoa com deficiência para obter o seu trabalho e mostrar que é capaz precisa na grande maioria das vezes, romper mitos: um mito social que o vê como alguém improdutivo e um mito familiar que o vê como, um eterno bebê, dependente, necessitando sempre de cuidados especiais e estando sem condições de desenvolver um trabalho que represente a realização ou satisfação do desejo.

O que tem sido oferecido é simplesmente proporcionar a pessoa com deficiência um enquadramento em uma atividade de elementar específica e tardia no modo de produção capitalista, reproduzindo as impossibilidades, dificuldades e barreiras.

Frequentemente, a pessoa com deficiência sabe de sua capacidade e que a deficiência pode colocar limitações para realizar determinadas atividades, mas, também sabe que isto não implica deixar de realizar toda e qualquer atividade. A pessoa deficiente tem condições de escolher uma tarefa e de realizá-la com consciência e participação ativa se estimulada e educador para tal. Existe sempre um tipo de trabalho que a pessoa com deficiência pode realizar com competência e que lhe possibilite uma realização profissional.

Para o mundo se tornar um lugar melhor, será necessário que cada um comesse por si mesmo, repensar o ato de avaliar as condições que cada indivíduo vive criar oportunidades e oferecer condições dignas para que desenvolvamos respeito às limitações e aprenderes do meio social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 em seu Art. 58, explica que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

- 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
- 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, se não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.
- 3º A oferta da educação especial, é dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (Lei N.º 9.394/96)

As primeiras oportunidades para um mundo melhor, começam na escola e em casa, criar avaliações que ressaltem não as limitações, mas, as qualidades de condições

desenvolvidas durante a vida precisam-se, ser investidas na educação e na participação ativa da família e segundo lar (educandário), não segregando a participação do educando, mas, construindo na inclusão a acessibilidade de todos, sejam deficientes ou não. Segundo a LDB, crianças com, Necessidades Educacionais Específicas, devem ser assessoradas em salas regulares de ensino inclusivo, acompanhado seus colegas de classe. Devemos cuidar de nossos menores porque constituirão o futuro, para tanto, se a inclusão começa por nós, se cada um fizer sua parte o mundo, com certeza será um lugar melhor para todas as gerações que estão por vir, para isso, desde o 0 ano de idade deve-se construir conhecimento. A educação é um bem que a humanidade deve se direcionar, tornara-se essencial para a vida, para mudar uma região, estado ou país. Através dela conseguimos construir nossos valores, afim, de tornarmos pessoas de potenciais valores e intelectualidade diante de nossa sociedade e realidade de tempo.

As atividades de leitura e de produção de um texto implicam-se mutuamente no ensino de uma língua. Se, na pedagogia de língua materna, o ato de produzir passa necessariamente pelo de receber informações de naturezas diversas por meio da leitura, no ensino de segunda língua tal processo é de fundamental importância.

No caso do surdo, especialmente, o sucesso de uma produção escrita depende sobremaneira dos canais de entrada a que se está exposto depende de que metodologia e utilizada para o ensino da língua portuguesa e o lúdico e a melhor maneira. Em outras palavras, quanto mais o professor inserir o aprendiz na situação em que se enquadra a atividade proposta, quanto mais 'insumos', isto é, contextos linguísticos e situações extralinguísticas, forem ao aprendiz apresentados, melhor será o resultado. Nessa perspectiva, defende-se que um texto é sempre 'gerado' a partir de outro(s) texto(s), depende, portanto das suas próprias condições de produção. A aquisição/aprendizagem da escrita, sobretudo quando se trata da elaboração de textos, pressupõe, portanto, uma tarefa imprescindível: o ato de ler, que, para o aprendiz ouvinte, se processa tanto oral como silenciosamente, já, para o surdo, a leitura silenciosa é certamente a técnica mais recorrente. Acrescente-se que, nesse caso, os recursos gráficos e visuais constituem um instrumento auxiliar de excelência.

A educação é um bem que a humanidade deve direcionar-se, tornara-se essencial para a vida, para mudar uma região, estado ou país. Através dela conseguimos construir nossos valores, afim de que tornarmos pessoas de potenciais valores e intelectualidade diante de nossa sociedade. Entretanto ainda há escassez de educação humana, percebe-se então que básicos ainda não é tanto predominado. Além, disso ela nós dá grandes oportunidades para sermos "alguém", para construir valores e os métodos educacionais (conhecimentos, estudos) para conseguir espaços profissionalmente.

A formação ou desenvolvimento de capacidade física, intelectual e moral de um homem depende da educação. Temos o direito de aprender, obter a educação pelo menos básicas, independentemente do ação financeira enfim merecermos explorar um bem maior que transformar um ambiente social. Sabe-se então que há muitos sem domínio educacional por falta de informação algumas pessoas ainda não conhecem o significado, pelo o incrível que parece por não terem condições financeiras ou seja sem ter recursos para compra matérias escolares, destacando que em alguns lugares é feita a distribuição de materiais escolares., e acham (país) que não podem dar, ou construir uma boa educação.

Por não terem escolas por perto: sem condições de se locomoverem até escola, oportunidade para estudar. E também por não terem educação do ambiente onde vivem, ou seja, em suas casas, os pais não tem educação e não transmitem bons hábitos. Pelo fato bobo de diferença: de cultura cor, raça, religião, classes sociais diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, C. **É hora de aceitar e valorizar as diferenças**. Nova Escola. São Paulo. Nº138, P.38-44, dez. 2000.
- ANTUNES, C. Vygotsky, **quem diria?! em minha sala de aula**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERNARDINO, E.L. **Absurdo ou Lógica?: a produção lingüística do surdo**/ Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000
- BONAZZI, M. & ECO, UMBERTO. Mentiras que parecem verdades. São Paulo, Sumumus, 1980 (original italiano, 1972).
- _____. Ministério da Educação. BRASIL Secretaria de Educação Fundamental.
- Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB 5.692**, de 11 de agosto de 1971.
- _____. **Constituição de República Federativa do Brasil**. Brasil: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990.
- _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.
- BRITO, M. C. **Currículo Inclusão: Uma necessidade inédita**. Gestão em Rede. Brasília – Consed. Nº 59, p. 8–17. Mar/2005.
- CAVALCANTE, M. **Edição especial: Inclusão**. Nova Escola. São Paulo, Nº 182, Mai/2005.
- CURSO** de metodologia de ensino de língua de sinais. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BILINGUISTO (LÍNGUA ORAL/LÍNGUA DE SINAIS) PARA OUVINTES, 2., Rio de Janeiro – RJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.
- ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS. **Secretaria de Educação Especial: Educar na diversidade**. UNESCO/UNICEP, 1993 – 2003.
- FELDEMAN, J. **Língua Portuguesa para criança com problemas de linguagem**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1985.
- FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1995.